

## 6

### Amor e lei em uma ontologia do sensível: o seio recriado repetidas vezes

#### 6.1

##### Winnicott, um “*enfant terrible*”!

*“Não pretendo mostrar em primeiro lugar, uma resenha histórica, mostrando o desenvolvimento de minhas ideias a partir das teorias de outras pessoas, porque minha mente não funciona dessa maneira. O que ocorre é que eu junto isso e aquilo, aqui e ali, volto-me para a experiência clínica, formo minhas próprias teorias e então, em último lugar, passo a ter interesse em descobrir de onde roubei o quê.”*

Donald Winnicott

Tendo se debruçado sobre o desenvolvimento emocional em seus primórdios, Donald Winnicott privilegiou o estudo daquilo que é pré-verbal na história do indivíduo. Para comunicá-lo verbalmente, o psicanalista inglês vai aproveitar-se da familiaridade suscitada pelos sentidos de maneira a encontrar palavras adequadas à experiência, tanto a de seus pacientes ou de sua audiência quanto a sua. Para Davis e Wallbridge (1982),

*“(...) a invenção de um vocabulário puramente técnico teria sido inútil aqui; não teria nenhum significado, e desta forma ele se viu impelido a pedir emprestado o ‘poético’. (...) Muitas vezes podemos encontrar no que ele escreve expressões de verdade intuitiva ou poética – ‘verdade a que se chegou num lampejo.’” (p. 13-14)*

Os autores (1982) vão recordar que, por exemplo, a expressão “mãe dedicada comum” *“tem valor exatamente porque já é colorida pela experiência do leitor, lembrada e esquecida”* (p. 13). Dessa forma, a compreensão a respeito da obra de Winnicott pode, para o leitor, corresponder a seu próprio processo criativo, de modo que, encontrando sua própria abordagem, é possível ao estudioso explorar um mesmo texto diversas vezes.

Evidenciamos, assim, que, para Winnicott, a compreensão não se reduz ao

entendimento proporcionado pela razão, isto é, à aceitação intelectual, visto que ela contém, impreterivelmente, um componente de experiência. Mais do que qualquer outro autor, o psicanalista inglês confirma a ideia de que “*os fatos podem ensinar*”. Como testemunhara um de seus colegas, “*ele fora criado na tradição de seu povo, os ingleses. Para ele, os fatos eram realidades, as teorias eram a gagueira humana na tentativa de agarrar os fatos*” (op. cit., p. 24). Em uma carta a Anna Freud, Winnicott confessa:

“(...) tenho um modo irritante de dizer as coisas em minha própria linguagem, em vez de aprender a usar termos da metapsicologia analítica. Estou tentando descobrir por que é que tenho uma suspeita tão profunda para com esses termos. Será que é por que eles podem fornecer uma aparência de compreensão onde tal compreensão não existe? Ou será que é por causa de algo dentro de mim? Pode ser, é claro, que sejam as duas coisas.” (p. XXXIII)

Evidentemente, quando falamos de experiência e ressaltamos seu valor na teorização winnicottiana, estamos nos referindo, na verdade, a uma superposição da experiência. Winnicott está presente em seus escritos. Assim:

“Quase toda a sua obra publicada consiste de conferências e artigos dirigidos a grupos específicos de pessoas cujos problemas e interesses ele tornava próprios durante certo tempo a fim de que pudesse se relacionar especificamente a eles. Por esse motivo ele emerge, através de seus escritos, como uma pessoa singular cuja vitalidade pode ser sentida em cada parte. De ninguém pode-se dizer com maior veracidade, *Le style est l’homme même.*” (ibidem)

No mesmo sentido, Masud Khan (2000) diz:

“Suas teorias são simplesmente a abstração daquela constante pessoa que era Winnicott, o ser humano e o terapeuta. E novamente, Winnicott o homem e o Winnicott o clínico eram recíprocos um com o outro, formando um bloco único, inteiriço.” (p. 11)

O próprio Winnicott (ibidem) reconhecerá que o estudo da psicologia envolve:

“(...) não apenas os fenômenos da natureza humana de outras pessoas, mas também de nós mesmos. Neste contexto, a psicologia é distinta de todas as outras ciências, e tem que permanecer assim. Com nossas mentes estamos examinando as próprias mentes que usamos e, com nossos sentimentos, estamos examinando nossos sentimentos.” (op. cit., p. 29)

De fato, com Winnicott é possível asseverar que o sujeito participa, sim, da constituição do “objeto”. Nas palavras deste autor (Winnicott apud Davis;

Wallbridge, 1982), “*existe uma linha de investigação subjetiva. A objetividade vem depois, por meio de um trabalho planejado, e por meio de comparação das observações feitas a partir de diversos ângulos*” (p. 30).

Em outra passagem Winnicott afirmará que:

“(...) não se trata apenas da questão do efeito do observador sobre o que é observado, nem mesmo que o observador traz para as suas observações sob a forma de teoria conceitual, mas também há a questão da natureza humana do observador interferindo em sua busca da verdade objetiva.” (ibidem)

Apesar de atribuir à psicologia certas particularidades, Winnicott jamais deixou de assinalar sua relação com outras áreas do conhecimento. Na realidade, sua formação como psiquiatra em muito o auxiliou na conformação de sua teoria do desenvolvimento. Winnicott sublinha assim sua condição singular de psiquiatra:

“(...) vocês podem imaginar como era excitante registrar inúmeras histórias de casos e obter de pais não conhecedores de psicanálise todas as confirmações que se poderia necessitar das teorias psicanalíticas que começavam a ter sentido para mim por meio da minha própria análise pessoal. Nesta época nenhum outro analista era também um pediatra, de modo que, duas ou três décadas, eu era um fenômeno isolado.” (op. cit., p. 32)

Sem dúvida, podemos afirmar que Winnicott articulava como ninguém sua prática à teoria, sendo a primeira um elemento fundamental da segunda. Após salientarem a experiência de Winnicott com que tiveram de abandonar suas casas durante a Segunda Guerra Mundial, Davis e Wallbridge (1982) ressaltam que:

“Foi, de fato, após a guerra que se iniciou um período prolífico para Winnicott – um período de conferências e de escritos que continuou até sua morte. A educação, o treinamento e a experiência tinham sido assimilados e o que emergiu era verdadeiramente dele. Sua teoria se transformou em uma segunda natureza. *Dava sentido à relação entre a pediatria e a psiquiatria, embasando sua prática e oferecendo um contexto dentro do qual ele podia incluir o subjetivo sem ser arbitrário.* Ainda assim, não permaneceu estática, mas como a teoria de Freud, continuou a crescer e se transformar de certas maneiras, assim como ele mesmo cresceu e se modificou durante a vida, de acordo com as experiências e a descoberta de novos fatos.” (op. cit., p. 34, grifo nosso)

Há ainda que se destacar o trabalho de Winnicott com bebês e crianças de um modo geral. Talvez sua facilidade de identificar-se com as crianças que iam ao seu consultório se deva mesmo, conforme julgaram seus colegas, àquele “*enfant terrible*” – já que desafiador – que o habitava. Para Khan (2000), que trabalhara

com ele por quase vinte anos, Winnicott “*era um não conformista desde o berço*” (p. 11). O autor nos dá seu testemunho sobre a espontaneidade do psicanalista inglês:

“Uma espontaneidade de criança impregnava os seus movimentos. Jamais conheci outro analista que fosse tão inevitavelmente ele mesmo. Era essa característica de ser inviolavelmente ele mesmo que lhe permitiu ser tantas pessoas diferentes para tanta gente. Cada um de nós que o conhecemos tinha o seu próprio Winnicott, e ele jamais atropelou a ideia que o outro fazia dele pela afirmação de seu modo pessoal de ser. No entanto, permanecia inexoravelmente Winnicott.” (p. 11)

Podemos afirmar que, na espontaneidade das crianças, Winnicott podia experimentar sua própria espontaneidade. Em homenagem póstuma, um colega pediatra assim descreveu seu envolvimento com as crianças:

“Donald Winnicott tinha poderes surpreendentes com as crianças. Dizer que ele compreendia as crianças me parece falso e vagamente condescendente; o que acontecia, na realidade, é que as crianças o compreendiam e que ele se sentia à vontade com elas. Costumava permitir que alguns dos seus colegas mais jovens em Paddington Green estivessem presentes quando entrevistava uma criança. A maioria dos médicos consideraria a presença de outros como proibitivamente perturbadora, mas o fato é que, alguns minutos depois que uma criança entrava no seu consultório, tanto a criança como o Dr. Winnicott esqueciam completamente a presença de quaisquer outros. Um bom exemplo de sua aceitação pelas crianças e da sua capacidade de comunicação com elas foi o que aconteceu quando ele estava para visitar uma família dinamarquesa pela segunda vez após um intervalo de alguns anos. As crianças lembravam-se muito bem como brincaram juntos e estavam e estavam felizes com a ideia de voltar a ver aquele inglês que sabia falar dinamarquês. Quando o pai das crianças lhes disse que o Dr. Winnicott não conhecia sequer uma palavra de seu difícil idioma, as crianças simplesmente não acreditaram no que o pai estava dizendo.” (op. cit., p. 22)

Parece-nos claro que a possibilidade de Winnicott se relacionar tão bem com as crianças tenha sustentação em sua própria história. Diferentemente de Freud, cujo contexto de vida fora marcado por duas grandes guerras, Winnicott nasceu e foi criado antes da Primeira Guerra Mundial, em uma atmosfera em que ainda se cultivava a crença no potencial da racionalidade humana. Segundo o próprio Winnicott (1975):

“Há poucas dúvidas de que a atitude geral de nossa sociedade e a atmosfera filosófica da época em que vivemos contribuam para o ponto de vista aqui sustentado por nós e referido à época atual: poderíamos não tê-lo mantido em outro lugar e em outra época.” (p. 95)

Particularmente, o ambiente de sua infância ajudou-o a consolidar sua fé

na natureza humana. Segundo o que se sabe,

“(...) os primeiros anos de sua vida se passaram num lar seguro e afetuoso onde lhe era dada a liberdade de lidar com as dificuldades intrínsecas ao crescimento e para desenvolver aquela confiança em si mesmo que lhe permitia confiar nos outros.” (Davis; Wallbridge, 1982, p. 19)

É o próprio Winnicott que nos narra um episódio de infância no qual se evidencia que o espaço familiar em que vivera fora pródigo em estimular-lhe a liberdade e a espontaneidade.

“Meu pai tinha uma fé (religiosa) simples, e certa vez, quando lhe perguntei algo que poderia ter-nos envolvido num longo debate, ele disse apenas: ‘Leia a bíblia e o que você encontrar lá será a verdadeira resposta para você’. Desta forma, graças a Deus, tive a liberdade de resolver sozinho o problema.” (op. cit., p. 20)

De acordo com Khan (2000), Winnicott era “*militantemente avesso aos dogmas*” e “*sua autoestima só era ameaçada por seus próprios erros, nunca pela censura alheia*” (p. 11 e 12). Foi com este espírito que Winnicott desenvolveu tanto a sua clínica quanto a sua construção teórica. Embora tenha reconhecido a crucial importância do pai da psicanálise e sua filiação teórica a ele, de modo algum deixou sua originalidade à parte, permitindo-se divergir quando necessário, e “*raramente tentava traduzir suas ideias para a ‘teoria psicanalítica comum*” (p. XXXIII). Assim:

“O leitor deve saber que eu sou um produto da escola freudiana ou psicanalítica. Isto não significa que eu aceite tudo o que Freud disse ou escreveu e, em qualquer caso, isto seria absurdo, porque Freud estava desenvolvendo, ou seja, modificando seus pontos de vista.” (Winnicott apud Davis; Wallbridge, 1982, p. 31)

No mesmo sentido, relutou em aderir à escola Kleiniana ou em se juntar aos seguidores de Anna Freud, preferindo aliar-se ao que ficou conhecido como Middle Group<sup>1</sup> e mantendo-se ‘íntegro’ quanto ao seu estilo inconfundível. Nessa perspectiva, como veremos, este autor jamais acolheria, por exemplo, a tese freudiana – desenvolvida por Klein – da agressividade em termos de um instinto de morte. Inversamente, na medida em que é encarada como um potencial a ser desenvolvido, a questão da agressividade em Winnicott toca no tema central da criatividade enquanto ingrediente fundamental a uma vida que, como a dele,

---

<sup>1</sup> Esse grupo incluía, entre outros, Michel Balint, Ronald Fairbairn, Sylvia Payne, Ella Sharpe e Marjorie Breierley.

precisa ser sentida pelo indivíduo como “*digna de ser vivida*” (Winnicott, 1975, p. 95).

## 6.2

### **Entre o objetivamente percebido e o subjetivamente concebido: olhar compreensivo e viver criativo**

*“O homem que sente, o homem que intui, longe de menosprezar o inconsciente, foi sempre influenciado pelo seu inconsciente. Mas, o homem que pensa ainda não se deu conta de que pode pensar e também, ao mesmo tempo, incluir o inconsciente em seu pensamento. As pessoas pensantes, tendo tentado a lógica e tendo-a considerado superficial, iniciaram uma reação no sentido da não-razão, na verdade uma tendência muito perigosa.”*

Donald Winnicott

Definida na intersubjetividade, caracterizada por relações de afeto, e concebida como construto provisório elaborado a partir da prática clínica, a teoria psicanalítica nos ajuda a elaborar nossa crítica aos pilares que sustentam o empreendimento da modernidade, possibilitando, por conseguinte, uma releitura do fenômeno jurídico à luz de ‘categorias’ como sociabilidade e criatividade humana. No interior desse saber, os postulados fundamentais a um necessário e radical questionamento do paradigma moderno, e acerca das possibilidades criativas do ser humano, começam a ser erguidos já nas primeiras décadas do século XX.

Ainda que imerso nos pressupostos básicos do cientificismo positivista, Freud, ao postular que o psiquismo é genuinamente inconsciente, sendo a consciência uma realidade que pode acompanhá-lo ou não, inicia uma ruptura com o racionalismo em um processo inconcluso que, no entanto, se aprofundará progressivamente ao longo de sua obra.

Na esteira de Freud, outro autor nos ajuda a pensar nossa relação criativa com o mundo. No entanto, se Freud se perguntara quanto ao propósito dos

homens em relação às suas vidas, Donald Winnicott (1975), sobretudo em seu livro “O brincar e a realidade”<sup>2</sup> – menos interessado no que eles desejam ‘realizar’ e mais afeito ao que denominará “continuidade do ser” –, vai procurar debruçar-se sobre “*o que versa a vida*” (p. 137). O próprio Winnicott esclarece seus propósitos nesta obra:

“Podemos curar nosso paciente e nada saber sobre o que lhe permite continuar vivendo. Para nós é de suma importância reconhecer abertamente que a ausência de doença psiconeurótica pode ser saúde, mas não é vida.” (op. cit., p. 139)

De seu questionamento quanto à finalidade da vida, Freud vai extrair o tema da felicidade. Enraizado nos pressupostos individualistas que, por vezes, pautam a sua elaboração teórica, a felicidade, para este autor, diz respeito à economia da libido, sendo, portanto, um problema, sobretudo, de administração por parte do indivíduo. Nessa perspectiva, o pai da psicanálise identificará felicidade e satisfação pulsional. Segundo este autor, como vimos, o que determina o propósito da vida são meramente as reivindicações do princípio do prazer. Conforme nos indica Winnicott:

“Os psicanalistas que enfatizaram corretamente a significação da experiência instintual, e das reações à frustração, falharam em enunciar com a mesma clareza, ou convicção, a imensa intensidade dessas experiências não culminantes que são chamadas de brincar.” (ibidem)

Desta feita, para o psicanalista inglês, importará compreender as experiências (“não culminantes” – isto é, não orgiásticas, vinculadas à satisfação pulsional) que permitem aos homens “achar a vida digna de ser vivida”. Nesse sentido, Winnicott vai valorizar aquelas que permitem o estabelecimento de vínculos com a herança cultural. São as vivências, que contribuem para um fundo comum da humanidade, possibilitam a continuidade da raça humana e, como tal, transcendem a existência pessoal.

Como resultado de suas experiências clínicas, as construções teóricas do autor se colocarão bem distantes, como se verá, de uma concepção que, amparada em pressupostos individualistas, opõe indivíduo e sociedade como polos, permanentemente, em conflito. Para esse autor, “*quando se fala de um homem, fala-se dele juntamente com a soma de suas experiências culturais*” (op. cit., p.

---

<sup>2</sup> Publicado pela primeira vez em 1971, o livro “O brincar e a realidade” constitui um desenvolvimento das ideias de Winnicott que constam do artigo “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, de 1951.

137).

Trabalhando com bebês, crianças e pacientes psicóticos, a clínica winnicottiana testemunhará que as demandas relacionadas ao viver e ao não viver não afetam, exclusivamente, a esses pacientes, mas se colocam para os seres humanos em geral, constituindo suas experiências culturais. Nesse sentido, Winnicott vai se concentrar naquilo que possibilita ao homem sentir que a vida é real. Como questiona o próprio autor:

“Partindo, como fazemos, das doenças psiconeuróticas, e com as defesas do ego relacionadas à ansiedade que surge da vida instintual, tendemos a pensar na saúde em termos do estado das defesas do ego. Dizemos que há saúde quando essas defesas não são rígidas etc... Raramente, porém, chegamos ao ponto em que podemos começar a descrever o que se parece à vida, à parte a doença ou a ausência desta.” (ibidem).

Ressaltemos que Winnicott não se coloca como um dissidente de Freud, mas como um pós-freudiano preocupado com questões fundamentais que não puderam ser pensadas no tempo de Freud. Vejamos o que nos diz o próprio Winnicott:

“Se tivesse me pedido para desempenhar essa tarefa [descrever o desenvolvimento emocional] trinta anos atrás eu quase certamente me referiria às mudanças pelas quais a imaturidade cede lugar a maturidade em termos de progressão da vida instintiva do indivíduo. (...) Tudo isso está bem. É tão verdadeiro agora como era então, e nos iniciou em nosso pensamento e na estrutura da teoria pela qual nos orientamos. Está portanto em nossos ossos, por assim dizer. Nós a temos como certa, e procuramos outros aspectos do crescimento quando nos achamos na posição em que me acho agora, quando se espera de mim dizer alguma coisa que não é exatamente do conhecimento comum, ou que leva em consideração só os últimos desenvolvimentos na teoria e na atitude que temos em relação a ela.” (1983, p. 79)

“Essa teoria não afeta o que conhecemos a respeito da etiologia das psicose, ou do tratamento de pacientes psicóticos; tampouco se choca com a teoria estrutural da mente, formulada por Freud em termos de id, ego e superego. Mas afeta nossa visão da pergunta: sobre o que versa a vida?” (1975, p. 138)

Winnicott (1975) está se referindo, em especial, ao fato de Freud não ter encontrado, em sua topografia da mente, um “lugar” para a experiência das coisas culturais. O autor utilizará a seguinte citação:

“Para Freud, há um tom honorífico no emprego da palavra [cultura]; ao mesmo tempo, porém, como não poderia deixar de perceber, há no que diz sobre a cultura uma nota infalível de exasperação e resistência. A relação de Freud com a cultura deve ser descrita como ambivalente.” (Trilling apud Winnicott, op. cit., p. 147)

Segundo Winnicott, o conceito de sublimação em Freud nos permite admitir que a experiência cultural é significativa, mas “*o conceito de sublimação abrange realmente todo o padrão?*” (op. cit., p. 147). “*Temos, dois lugares, o interior e o exterior de um indivíduo. Mas será que isso é tudo?*”, perguntará Winnicott (op. cit., p. 145).

Freud parece ter se dedicado apenas à observação dessas duas áreas, “solucionando” a relação (de conflito) entre elas, exclusivamente, por meio dos chamados mecanismos de defesa. Evidentemente, estamos no terreno da metafísica da representação, em que o conceito de pulsão – sobretudo o da primeira teoria pulsional – adquire papel fundamental. A esse respeito, Winnicott fará uma exposição que, embora possa parecer longa, vale a pena ser transcrita:

“Nos trabalhos psicanalíticos e na vasta literatura especializada, influenciada por Freud, pode-se perceber a tendência a demorar-se quer na vida de uma pessoa, enquanto em relação de objeto, quer na vida inteira do indivíduo. Na vida de uma pessoa, enquanto em relação de objeto, presume-se como já estando postulado um estado de tensão que se dirige no sentido da satisfação do instinto, ou então num com prazer-se na gratificação do lazer. Uma exposição completa incluiria o conceito de deslocamento e todos os mecanismos de sublimação. Onde a excitação não conduziu à satisfação, a pessoa vê-se vítima dos desconfortos gerados pela frustração, os quais incluem a disfunção corporal e o sentimento de culpa, ou o alívio proveniente da descoberta de um bode expiatório ou de um perseguidor. Quanto às experiências místicas, na literatura psicanalítica a pessoa que estamos examinando, encontra-se adormecida e sonha, ou, se desperta, está passando por um processo próximo à elaboração onírica, embora ela faça isso enquanto acordada. Todos os humores aí se encontram e a fantasia inconsciente do humos varia da idealização, por um lado, ao horror da destruição de tudo o que é bom, por outro, ocasionando os extremos da exultação ou do desespero, o bem-estar corporal ou a sensação de estar doente e um impulso para o suicídio. Isso constitui revisão sucinta, muito simplificada, e na verdade deformada, de uma extensa literatura; mas não estou tentando fazer uma exposição abrangente: antes quero apontar que a literatura psicanalítica, naquilo que expressa, não nos parece abranger tudo o que desejamos conhecer.” (op. cit., p. 146)

Seguindo a trilha de um autor que reconhece que o “ser” é anterior ao “fazer”, somos compelidos a fazer, com ele, um esforço imaginativo para examinar uma terceira área da experiência, que não se confunde nem com a realidade externa (ou compartilhada), nem com a realidade interna (ou psíquica). Novamente conciliando-se com Freud, dirá Winnicott (op. cit.):

“As duas áreas não perdem em significação em face desta que estou apresentando como terceira área. Se, na verdade, examinarmos seres humanos, é de esperar que nossas observações possam ser superpostas, uma sobre a outra. As maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam com o mundo envolvem-nos em gratificações

instintuais, quer diretamente quer sob formas sublimadas. Conhecemos também a importância do sono e do sonhar profundo que está no cerne da personalidade (...).” (op. cit., p. 151)

É para essa área intermediária, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a externa, que o autor vai dirigir sua investigação acerca do problema central da fonte da criatividade. Essa terceira área, em que a experimentação encontra ‘lugar’ – o “espaço potencial” –, expande-se no viver criativo e em toda a vida cultural do homem.

Winnicott vai partir da suposição de que as experiências culturais se acham intimamente ligadas, em uma relação de derivação, de continuidade direta com a brincadeira, “*a brincadeira daqueles que ainda não ouviram falar em jogos*”, acrescentará (op. cit., p. 139). O autor vai utilizar, portanto, o termo experiência cultural para indicar um alargamento da brincadeira e uma ampliação dos fenômenos que, relativos às primeiras vivências de “uso da ilusão”, assumem realidade nesta área, pertencendo, portanto, à experiência da relação de objeto. Segundo o próprio autor (1975):

“Estou, portanto, estudando a substância da ilusão, aquilo que é permitido ao bebê e que, na vida adulta, é inerente à arte e à religião, mas que se torna marca distintiva da loucura quando um adulto exige demais da credulidade dos outros, forçando-os a compartilharem de uma ilusão que não é própria deles. Podemos compartilhar do respeito pela experiência ilusória, e se quisermos, reunir e formar um grupo com base na similaridade de nossas experiências ilusórias. Essa é a raiz natural do agrupamento entre os seres humanos.” (p. 15)

A esses fenômenos, sem os quais não existiria, para os seres humanos, sentido na relação com um objeto, Winnicott denominará fenômenos transicionais. O autor designará como objeto transicional o primeiro objeto usado pela criança como uma possessão “não-eu”. Como veremos mais adiante, Winnicott [1983 (1963a), (1963c)] vai descrever o desenvolvimento do indivíduo nos termos de um permanente rumar da dependência à independência. Nesse processo, até que a mãe possa ser compreendida como tendo uma existência pessoal e separada, ao ponto de ser usada, “definitivamente”, como um “objeto total” pelo bebê, ele começará a interpor objetos “não-eu” no padrão pessoal.

O uso do objeto pelo bebê depende de algumas qualidades que são próprias dessa ‘transicionalidade’, isto é, da possibilidade que o objeto oferece ao lactente de ser colocado onde e quando a mãe está em transição na mente do bebê. Importa-nos adiantar que, nessa trajetória, “*o uso de um objeto simboliza a união*

*de duas coisas agora separadas, bebê e mãe, no ponto, no tempo e no espaço, do início de seu estado de separação”* (p. 135).

Destaquemos que, do ponto de vista do observador, o objeto é externo ao bebê, mas do ponto de vista do bebê, não. Da mesma forma, podemos afirmar que o objeto não vem de dentro, “*não é uma alucinação*”, enfatizará Winnicott (1975, p. 18). Para ser usado, ele deve parecer ao bebê que possui uma realidade própria concernente, por exemplo, à textura, mobilidade etc. Segue-se que ele deve se oferecer ao amor excitado do bebê e à agressividade pura, contando que sobreviva. Dessa forma, o objeto jamais deve mudar, a não ser por iniciativa do próprio bebê. Seu “destino” é não ser nem esquecido, nem internalizado, e o sentimento a seu respeito não precisa sofrer repressão. Para Winnicott (op. cit.), ele:

“Perde o significado e isso se deve ao fato de que os fenômenos transicionais de tornaram difusos, se espalharam por todo o território intermediário entre a ‘realidade psíquica interna’ e o ‘o mundo externo’, tal como percebido por duas pessoas em comum, isto é, por todo o campo cultural.” (p. 19)

A partir dessas qualidades especiais do objeto, afirmará o autor (op. cit.):

“O seguinte e complexo enunciado tem de ser efetuado. O bebê pode usar um objeto transicional quando o objeto interno está vivo, e é real e suficientemente bom (não muito persecutório). Mas esse objeto interno depende quanto a sua qualidade, da existência, vitalidade e comportamento do objeto externo. O fracasso deste em alguma função essencial leva indiretamente à morte, ou a uma qualidade persecutória do objeto. Após a persistência da inadequação do objeto externo, o objeto interno deixa de ter sentido para o bebê, e então – e somente então – o objeto transicional também fica sem sentido. O objeto transicional pode, portanto, representar o seio ‘externo’, mas indiretamente, por ser representante de um seio ‘interno’. O objeto transicional jamais está sob controle mágico, como o objeto interno, nem tampouco fora de controle, como a mãe real.” (p. 24)

Seguem-se algumas considerações. É evidente que o autor, no exame desses fenômenos, se referirá não tanto ao objeto usado – como, por exemplo, um paninho, a ponta de um travesseiro ou um bicho de pelúcia que o bebê venha a usar –, mas ao “uso do objeto”.

De acordo com ele:

“Introduzi os termos ‘objetos transicionais e fenômenos transicionais’ para designar a área intermediária da experiência, *entre* o polegar e o ursinho, *entre* o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, *entre* a atividade criativa primária e a projeção do que foi introjetado, *entre* o desconhecimento primário da dívida e o reconhecimento desta (‘Diga: “bigado”’).” (op. cit., p. 14, grifo nosso).

Vale ressaltar que, no uso de um objeto transicional, a criança não apenas faz uso de um símbolo pela primeira vez, mas também experimenta sua primeira brincadeira. “*Seria possível compreender o objeto transicional, embora sem compreender plenamente a natureza do simbolismo. (...) O importante não é tanto seu valor simbólico, mas sua realidade*”, ressaltará Winnicott (op. cit. p. 19).

É mergulhado na experiência constituída pelo processo que vai desde o puramente subjetivo até a objetividade, que o bebê torna-se capaz de acolher diferença e semelhança. O objeto transicional é o que o observador externo pode perceber desse processo, como que constituindo a “*raiz do simbolismo no tempo*” (p. 19). O emprego do simbolismo já é, portanto, consequência da capacidade para estabelecer distinções entre objetos internos e objetos externos, entre criatividade primária e percepção.

Desse modo, no estudo desses fenômenos, não se trata de trabalhar com a lógica da representação e seus mecanismos. “*Uma característica essencial dos fenômenos e objetos transicionais reside na qualidade de nossa atitude quando os observamos*”, enfatizará Winnicott (op. cit., p. 134-135). Conforme confessa o próprio psicanalista:

“Por um longo tempo *minha mente* permaneceu em estado de não- conhecimento, com esse estado cristalizando-se em minha formulação dos fenômenos dos fenômenos transicionais. Nesse ínterim, trabalhei com o conceito de ‘representações mentais’ e com a descrição destas em termos de objetos e fenômenos localizados na realidade psíquica pessoal, percebidos como internos; acompanhei também os efeitos do funcionamento dos mecanismos psíquicos da projeção e da introjeção. Compreendi, contudo, que a brincadeira, na verdade, não é uma questão de realidade psíquica interna, nem tampouco de realidade externa.” (op. cit., p. 134, grifo nosso)

E citando um conhecido analista junguiano, sublinhará Winnicott:

“A capacidade de formar imagens e utilizá-las construtivamente pela recombinação em novos padrões, diferentemente dos sonhos, ou fantasias, depende da capacidade do indivíduo em confiar.” (Plaut apud Winnicott, 1975, p. 141-142)

Se a brincadeira não se localiza nem dentro nem fora, e supõe um ambiente fidedigno, deve realizar-se em uma área neutra de experiência que jamais pode ser contestada. Ao espaço “entre” (o indivíduo e o objeto), que, ao conferir tempo e lugar à experiência, lhe dá suporte, Winnicott chamará, como já mencionamos, de espaço potencial. “*O espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade ou o mundo, depende*

*da experiência que conduz à confiança*”, enfatizará.

É nesse espaço que a criatividade – incluindo-se nela tanto as primeiras vivências do brincar criativo quanto a experiência cultural – encontrará lugar se “*nunca desafiar(mos) o bebê com a questão: você criou esse objeto ou o encontrou?*” (op. cit., p. 134). Referindo-se a esse paradoxo que envolve o uso que o bebê dá ao objeto transicional, o autor (op. cit.) nos orienta em outra passagem:

“Do objeto transicional, pode-se dizer que se trata de uma questão de concordância, entre nós e o bebê, de que nunca formularemos a pergunta: ‘Você concebeu isso ou lhe foi apresentado a partir do exterior?’ O importante é que não se espere decisão alguma sobre esse ponto. A pergunta não é para ser formulada.” (op. cit., p.28)

Se, conforme salienta Winnicott, encontramos-nos no terreno do conceito de ‘busca de objeto’, e não, exclusivamente, no de ‘busca de satisfação’, cabe a afirmação de que todo objeto precisa ser descoberto. Em uma concepção na qual se evidencia uma preocupação ontológica quanto ao sentido do ser, a intersubjetividade é compreendida como experiência originária e, conseqüentemente, a provisão ambiental – como veremos no próximo item – adquire uma importância jamais observada na metafísica da representação.

Em um ambiente favorável, o espaço potencial poderá ser preenchido com o que imaginação do bebê puder produzir, a partir do uso criativo que ele fará de objetos reais. Diante de uma provisão ambiental adequada, o indivíduo estará, portanto, capacitado a distanciar-se, criativamente, da autocontenção e a relacionar-se com objetos objetivos naquele campo que o autor denominará de “uso do objeto”. “*Dada a oportunidade, o bebê começa a viver criativamente e a utilizar objetos reais, para neles, e com eles ser criativo*”, afirmará Winnicott (op. cit., p. 141).

Se tudo “correr bem” no sentido da “continuidade do ser”, o indivíduo se tornará ativo e apto a tomar parte na vida da comunidade. Estabelecidas estão as condições (simultâneas) tanto para o desenvolvimento de um self espontâneo (“verdadeiro self”) quanto para a contribuição do indivíduo para a herança cultural da humanidade. Nos termos do autor [1983 (1959-1964, p. 135)]:

“No estágio inicial, o self verdadeiro é a posição teórica de onde vem o gesto espontâneo e a ideia pessoal. O gesto espontâneo é o self verdadeiro em ação. Somente o self verdadeiro pode ser criativo e se sentir real.” (p. 135)

Em sentido inverso, se o ambiente fracassar em suas provisões, haverá boas chances para que espaço potencial seja preenchido de fora para dentro, isto é, a partir do próprio ambiente, e não pelo próprio bebê. Nesse caso, talvez ele não consiga se desenvolver, espontaneamente, a partir de seu cerne, mas passará a ‘reagir’ às intrusões ambientais de maneira responsiva. Dar-se-á o desenvolvimento do que o autor [(1983 (1959-1965))] denominará de falso self:

“O conceito de falso self (como eu chamo) não é difícil de entender. Como princípio governando a vida humana poderia ser formulado com as seguintes palavras: somente o self verdadeiro pode se sentir real, mas o self verdadeiro não deve nunca ser afetado pela realidade externa, não deve nunca se submeter. Quando o falso self se vê usado e tratado como real há um crescente sentimento de futilidade e desespero por parte do indivíduo.” (p. 122)

O empobrecimento que resulta da falta de experiências no campo cultural, provavelmente, inviabilizará o estabelecimento de vínculos positivos entre esse indivíduo e o meio social. “*Parece que tudo o que provenha de outrem, nesse espaço, constitui material persecutório, sem que o bebê disponha de meios para rejeitá-los*”, alertará Winnicott (ibidem).

Vejamos como o autor (1975), em “O brincar e a realidade”, explicita, com mais alguns elementos, as formas de ser do verdadeiro e do falso self:

“É através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida. Em contraste, existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, onde o mundo em todos os seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação. A submissão trás consigo um sentido de inutilidade e está associada a ideia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. Muitos indivíduos experimentaram suficientemente o viver criativo para reconhecer, de maneira tantalizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou de uma máquina.” (p. 95)

Em suma, em Donald Winnicott, podemos encontrar, claramente, um olhar compreensivo sobre a nossa forma de organizar criativamente o mundo e de nos organizarmos nele.

Se, para os modernos, a única forma de conhecer validamente um objeto exterior a si se dava pela mediação da consciência reflexiva, para Winnicott experienciamos a vida numa área do “*excitante entrelaçamento da subjetividade e da observação objetiva*” (Winnicott, 1975, p. 93).

Se, para os modernos, o processo de conhecimento não admite paradoxos, senão como expressão do fracasso da razão, para Winnicott (1975), um estado

intermediário entre a inabilidade e a crescente habilidade em reconhecer e aceitar a realidade possibilita-nos limitar de maneira criativa nossa ilusão onipotente. Quanto maior a nossa capacidade de criar subjetividade com o mundo, menor a nossa arrogância. Para os modernos, a realidade externa existe em si, pronta e acabada. Nesta perspectiva winnicottiana, a realidade leva também a marca da criatividade do sujeito – um tema importante para se pensar o direito.

O autor, para quem a origem do agrupamento natural entre os seres humanos é a substância da ilusão, sugere, como vimos, uma evolução do que denomina de fenômenos transicionais, para as experiências culturais. Segundo Winnicott, a função do fenômeno transicional e do objeto transicional (ponte entre o self e a cultura) é dar uma forma à área da ilusão. Nessa perspectiva, onde a intersubjetividade é compreendida como experiência originária, o brincar, o brincar compartilhado e a criatividade aparecem como recursos dessa área intermediária a possibilitar o reconhecimento do outro através de suas formas expressivas, e, portanto, em sua radical alteridade.

É nesse processo de um continuar a ser rumo à maturidade, que o encontro entre o indivíduo e o “ambiente facilitador” não depende de esclarecimento intelectual. Winnicott (1975) nos chama a atenção “*para o paradoxo envolvido quanto ao uso que o bebê dá ao objeto transicional*” (p. 10). Como parte da teoria dos fenômenos transicionais, esse paradoxo precisa ser aceito e tolerado, permitindo que o indivíduo possa explorar o vínculo cultural. Solucioná-lo implica “*numa fuga para o funcionamento em nível puramente intelectual, cujo preço é a perda do valor do próprio paradoxo*” (p. 10).

Com as formulações teóricas de Winnicott, podemos considerar o indivíduo como um ser capaz de criar e criar-se na alteridade. Se podemos ter a experiência **do** id, ela se faz na contingência, só é possível na história, no contexto da cultura. Nossa natureza viva, autopoietica, tem a marca da complexidade, da significação da relação intersubjetiva na constituição de cada subjetividade.

## O papel do ambiente nos processos de maturação: singularização<sup>3</sup> e socialização

*“A criança agora não é apenas uma criadora potencial do mundo, mas se torna capaz também de povoar esse mundo com exemplos de sua vida interna própria. Assim, gradativamente a criança se torna capaz de abranger quase que qualquer evento do mundo exterior, a percepção se tornando quase sinônimo de criação. Eis aí um meio pelo qual a criança assume controle sobre acontecimentos externos do mesmo modo como sobre o funcionamento interior de seu próprio self.”*

Donald Winnicott

No capítulo dedicado a discutir o pensamento freudiano, observamos que esse autor descreve as vicissitudes do desenvolvimento do indivíduo tomando como foco de análise a progressão da vida instintiva. O que em Freud foi detectado como o caminhar do indivíduo do princípio de prazer para o princípio de realidade, em Winnicott – já comentamos – dependerá de um cuidado devotado do ambiente.

Em seu texto “Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo” [1983 (1963a)], o autor escolhe descrever, portanto, o desenvolvimento emocional no sentido de uma jornada que vai, gradualmente, se deslocando da dependência à independência do indivíduo para com o ambiente. Novamente, vale a ressalva feita pelo psicanalista britânico: “(...) *se concordará, espero, que isso não invalida de modo algum a conceituação que possa ser feita sobre o crescimento em termos de zonas eróticas ou de relações objetais*” (p. 79).

Na elucidação da importância de sua abordagem, contudo, Winnicott (op. cit.) é preciso:

“O valor dessa abordagem é que ela nos permite estudar e discutir ao mesmo tempo os fatores pessoais e ambientais. Nesta linguagem normalidade significa

<sup>3</sup> Utilizamos aqui a expressão de Guattari e Rolnik (1999). Como veremos, pode-se dizer que, para esses autores, o singularizar-se se coloca no terreno da vivência criativa descrita por Winnicott.

tanto saúde do indivíduo como da sociedade, e a maturidade completa do indivíduo não é possível no ambiente social imaturo ou doente.” (p. 80)

Observemos que, para o autor, o termo maturidade não diz respeito apenas ao que é relativo ao indivíduo. E nem poderia sê-lo. Já temos condições de afirmar que, na complexa teoria winnicottiana, nada se restringe, exclusivamente, a um fator ou a um critério de determinação.

Em contraste, lembremos do conceito reduzido de liberdade em Freud. Podemos dizer que, se Winnicott se referisse, explicitamente, a ideia de liberdade, esse não seria o seu entendimento. O “sentir que a vida vale a pena ser vivida” em Winnicott, certamente, corresponde mais ao “ser si mesmo” rousseauiano, do que reivindica a “liberdade como contentamento tênue” de Freud. O psicanalista inglês parece ter deixado, sob o véu de suas noções de espontaneidade e criatividade, uma compreensão muito própria sobre a liberdade humana. Como nos esclarece o próprio Winnicott (1975):

“Enquanto os analistas se esforçam na descrição da psicologia do indivíduo e dos processos dinâmicos de desenvolvimento e organização defensiva, e para incluir impulso e pulsão em termos do indivíduo, aqui, nesse ponto onde a criatividade passa a existir, ou não (ou, alternativamente se perde), o teórico tem de levar em conta o meio ambiente, e nenhuma afirmação que se refira ao indivíduo como ser isolado pode tocar o problema central da fonte da criatividade.” (p. 103)

Em Winnicott, o desejo não teme a sua plenitude, pois só se realiza com o outro. A possibilidade do ‘litígio’ não é o que orienta a perspectiva deste autor. Um homem até pode ter a possibilidade de se tornar um “lobo” para outro homem, mas – como abordaremos ao tratar das questões da agressividade e da agressão em Winnicott –, até que o ego esteja pronto para isso, muito coisa há que ser feita...

Dentro dessa perspectiva, em que processo de subjetivação não se opõe, portanto, a processo de socialização – muito pelo contrário, ambos são aspectos de um mesmo processo –, maturidade implica também socialização. Assim é que se torna possível postular que, na saúde (e saúde, para Winnicott, não é, obviamente, ausência de doença, mas um “quase sinônimo” de maturidade):

“(...) o adulto é capaz de se identificar com a sociedade sem sacrifício demasiado de sua espontaneidade pessoal; ou dito de outro modo, o adulto é capaz de satisfazer suas necessidades pessoais sem ser antissocial, e, na verdade, sem falhar em assumir alguma responsabilidade pela manutenção ou pela modificação da sociedade em que se encontra.” [1983 (1963a), p.80]

Winnicott (op. cit.) vai, nesse sentido, construir três categorias que deem conta de uma jornada que expressa a relação de interdependência entre indivíduo e ambiente, a saber: dependência absoluta, dependência relativa, [e?] rumo à independência. Reparemos que, da mesma maneira que ampliou da brincadeira os fenômenos do viver criativo e da experiência cultural, o autor vai estender o primeiro ambiente – que pode ser a mãe ou uma (um) substituta(o)<sup>4</sup> – à sociedade, passando pela família e pelas demais instituições sociais.

Observemos, além disso, que Winnicott qualifica a dependência de absoluta ou relativa, de acordo com a capacidade do bebê em assimilar o fracasso ambiental, isto é, a falha materna ao atendimento de suas necessidades. Em outros termos, o autor está a diferenciar a dependência (absoluta) da qual o bebê não tem condições de tomar conhecimento, daquela dependência (relativa) que está perfeitamente ajustada à sua capacidade perceptiva.

Antes de entrar, propriamente, na análise de cada um desses estágios, Winnicott (op. cit.) ainda nos chamará a atenção para o fato de que o ambiente não molda o indivíduo; no máximo, torna possível a atualização de seu potencial. No pensamento deste autor, a ideia de natureza não equivale à essência do humano. Da mesma forma, a natureza não transcende à história, como se pudesse ser reduzida a puro produto da cultura. O natural em Winnicott é histórico, é uma tendência, podendo, portanto, ser atualizado (bem como compreendido). Somos uma potência de ser que depende de socialização. Nas palavras do autor: “*todos os processo da criatura viva constituem um vir-a-ser, uma espécie de plano para a existência*” (op. cit., p. 82).

Assim é que o psicanalista não vai ignorar o que é herdado, nem as tendências patológicas. “*O termo ‘processo de maturação’*”, assevera o autor, “*se refere à evolução do ego e do self, inclui a história completa do id, dos instintos e suas vicissitudes, e das defesas do ego relativas ao instinto*” (op. cit., p. 83). De tal modo que, embora possa parecer – sobretudo no estágio inicial do desenvolvimento da criança – que os pais nada podem fazer por ela, posto que estão dependentes das tendências hereditárias dela, é facultado a eles, ao contrário, potencializar o seu processo de maturação.

---

<sup>4</sup> Winnicott considera que, em função mesmo de sua “preocupação materno primária”, a mãe do bebê é a pessoa mais adequada para cuidar dele. O autor não inviabiliza, contudo, a possibilidade de uma outra pessoa atingir essa condição, na medida de sua capacidade de se identificar com o bebê.

É nesse sentido que Winnicott (op. cit.) dirá que o lactente é dependente dos pais e, em função de sua herança filogenética, independente deles. Vale dizer que, inicialmente, a mãe é o ambiente que deve ser favorável, cabendo ao pai, à família e ao ambiente social próximo, o suporte necessário a ela.

O autor está aludindo ao estágio da dependência absoluta, em que a mãe, devotada inteiramente ao seu bebê, entra em um estado especial de vulnerabilidade denominado por Winnicott de “preocupação materno primária”. Segundo o psicanalista [1983 (1956a)], se não tivesse havido gravidez, essa “condição organizada” se assemelharia a um estado de retraimento, ou de dissociação, ou uma fuga, ou até um episódio esquizóide, no qual determinado aspecto da personalidade é assumido provisoriamente. Evidentemente, as mães se recuperam dessa “doença normal” e se esquecem dela (p. 401).

Intensamente identificada com o seu bebê, **ela tanto é dependente dele, como sabe o que ele está sentindo e do que necessita.** Para empreender os cuidados que o seu bebê precisa, a mãe utiliza, portanto, suas próprias experiências como bebê. Observemos que, aqui, Winnicott está se referindo (e valorizando) um tipo de conhecimento muito próximo da apreensão direta, via intuição. Para ele, alguém que tenha aprendido a cuidar de ‘um bebê’ nos livros não tem como atender suficientemente bem ao ‘seu bebê’, pois estará ‘desempenhando um papel’. O autor chega a dizer que, como pediatra, nada tem a ensinar as mães. Nas palavras do psicanalista [1983 (1963a)]:

“Isso [a apresentação contínua do mundo à criança] é algo que não pode ser feito por pensamento, nem pode ser manejado mecanicamente. Só pode ser feito pelo manejo contínuo por um ser humano que se revele continuamente ele mesmo.” (p. 83)

O bebê também é absolutamente dependente da mãe nesse momento, de modo que essa adaptação sensível e completa da mãe às necessidades do lactente deve ser feita de maneira muito natural e espontânea. E é assim que deve ser, pois o gesto espontâneo da mãe, aliás, do ambiente – quando se trata de incluir as etapas subsequentes da jornada do indivíduo rumo à independência – ,contribui no desenvolvimento do self igualmente espontâneo e verdadeiro da criança. Nos termos enfáticos de Winnicott: “(...) *não há questão de perfeição aqui. Perfeição pertence a máquinas; o que uma criança consegue é justamente aquilo de que ela precisa, o cuidado e a atenção de alguém que é continuamente ela mesma*”

(ibidem).

Winnicott (op. cit.) ainda vai fazer uma outra distinção relevante, a saber, entre as necessidades do ego e as necessidades instintivas. Segundo o psicanalista (op. cit.), “*as necessidades de um lactente não estão confinadas às tensões instintivas*”, como pensara a psicanálise em seu início (p. 82). E, em um debate<sup>5</sup> anterior, em seu texto “A preocupação materna primária”, afirmará o autor [1983 (1956)]:

“Atualmente encontramos-nos engajados no estudo do desenvolvimento inicial e do eu primitivo que, quando o desenvolvimento alcança um grau suficientemente elevado, é fortalecido pelas experiências do id em vez de prejudicado por elas (...). A meu ver, a introdução do termo ‘necessidade’ no lugar de desejo foi muito importante do ponto de vista teórico, mas eu preferiria que a Srta. Freud não tivesse usado as palavras ‘satisfação’ e ‘frustração’ nesse ponto: a necessidade ou é resolvida ou não, e a consequência não é a mesma que a satisfação ou frustração de um impulso do id.” (p. 400)

Há toda uma infinidade de necessidades do ego que devem ser supridas pela “mãe boa o bastante”. No jargão psicanalítico, diz-se, inclusive, que a mãe empresta seu ego ao bebê. Já as necessidades instintivas podem e devem ser frustradas pela mãe.

Na verdade, em “A capacidade para estar só” [1983 (1958b)], o autor vai mesmo deixar claro que “*o impulso do id só é significativo se contido na vivência do ego*” (p. 35). Em “Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self” [1983 (1960a)], essa distinção é retomada de forma ainda mais clara:

“O ego do lactente está criando força e, como consequência, está a caminhando de um estado em que as exigências do id serão sentidas como parte do self, não como ambientais. Quando esse desenvolvimento ocorre, a satisfação do id se torna um importante fortificante do ego, ou do self verdadeiro, mas as excitações do id podem ser traumáticas quando o ego ainda não é capaz de incorporá-las, e ainda é incapaz de sustentar os riscos envolvidos e as frustrações experimentadas até o ponto em que a satisfação do id se torne um fato.” (p. 129)

Como já dissemos acima, é o vir-a-ser do bebê, ou seja, a continuidade de sua existência – e existência criativa –, que deve ser protegido pelos cuidados maternos. O autor exemplifica, com simplicidade, um dos cuidados dirigidos à necessidade egóica do bebê: “*eu lhes lembraria a temperatura da água do banho, testada pelo cotovelo da mãe; a criança não sabe que a água podia estar muito quente ou muito fria, mas vê de modo natural a temperatura corporal*” [1983

---

<sup>5</sup> Nesse texto, Winnicott dialoga com uma contemporânea contribuição de Anna Freud, publicada sob o título “Problems of infantile neurosis”, em *The Psychoanalytic Study of the Child*, vol. IX.

(1963a, p. 82)].

Winnicott (op. cit.) agrupa essas necessidades referindo-se a *“toda uma questão de incômodos, irritações ou a falta desses, na vida da criança”* (ibidem). Mais uma vez, o psicanalista vai tocar na questão do desenvolvimento de um verdadeiro ou de um falso self, enfatizando o papel do ambiente nesse processo.

Segundo o autor [1983 (1963c)], com o auxílio de uma mãe que se devota quase completamente às suas necessidades, o bebê começa a estabelecer uma unidade integrada, tanto psicologicamente quanto **em relação ao** seu próprio corpo. Tendo a mãe se tornado um “objeto total” – e, portanto, coerente – na mente da criança, o lactente passa a viver uma vida (psicossomática) que, segundo Winnicott [1983 (1958b)], *“tem realidade em vez de futilidade”* (p. 36).

Desenvolvimentos mais apurados – como, por exemplo, o que diz respeito à possibilidade de o lactente estabelecer formas mais complexas de identificação com o outro – derivam de reflexos mais primitivos que se iniciam ainda nesta fase. Um simples responder a um sorriso da mãe com outro sorriso já é um exemplo da manifestação de reflexos condicionados que tendem a se desenvolver até formas onde a imaginação se faz presente. A esse respeito, Winnicott (op. cit.) nos traz outro interessante exemplo: *“um exemplo disso seria o do lactente que pode desejar encontrar a boca da mãe e alimentá-la com o seu dedo enquanto suga o seu seio. Eu vi isso acontecer aos três meses de idade”* (p. 86).

Se, no entanto, com sucessivas falhas na adaptação, o lactente vier a desenvolver um padrão de comportamento reativo e, portanto, submisso em relação ao ambiente, seu potencial de vir-a-ser (por ele mesmo) estará comprometido. Nesse caso, poderemos falar, então, na constituição um “falso self”.

Inicialmente, portanto, na fase da dependência absoluta, o ambiente se volta ‘quase’ que inteiramente às necessidades do indivíduo. Podemos afirmar que, nessa etapa, a mãe proporciona ao bebê a ilusão de que o seio faz parte dele. *“Em outra linguagem, o seio é criado pelo bebê repetidas vezes. A mãe coloca o seio real exatamente onde o bebê está pronto para criá-lo e no momento exato”* (Winnicott, 1975, p. 26, grifo nosso).

Contudo, após propiciar ao indivíduo a oportunidade para a ilusão onipotente de que existe uma realidade externa correspondente à sua própria capacidade de criar, o ambiente trata de desiludi-lo progressivamente,

diminuindo-se, paulatinamente, essa adaptação aos imperativos individuais. Trata-se do estágio da dependência relativa.

Esse ingrediente temporal compreendido na ideia de uma ‘progressiva’ desadaptação é fundamental, posto que, conforme mencionamos, esse processo deve acontecer de acordo com a capacidade do bebê em tolerar os resultados da frustração. Assim, se a mãe está longe por um tempo equivalente à sua capacidade de guardá-la em suas lembranças, o bebê pode suportar a sua ausência. Se, todavia, ela demora mais do que seria adequado **para o** lactente “crer em sua sobrevivência” – para usar a expressão de Winnicott (op. cit.) –, ele começa a perceber alguma ansiedade.

Neste estágio, portanto, o lactente já passa a sentir e a tomar consciência de que precisa de sua mãe, de modo que, a isso, se seguirá **a capacidade** de se colocar no lugar dela, ‘limitando’, espontaneamente, as suas expectativas. Em outros termos, ele começa a desenvolver certa compreensão intelectual de sua dependência, que o habilita, por exemplo, a esperar. Vejamos o relato do autor (op. cit.):

“Imaginem um lactente esperando a alimentação. Vem o tempo em que o lactente pode esperar uns poucos minutos porque os ruídos na cozinha indicam que a comida está prestes a aparecer. Ao invés de simplesmente ficar excitado pelos ruídos, o lactente usa esses novos itens para se capacitar a esperar.” (p. 83)

Salientemos que essa etapa corresponde ao que fora denominado por Klein como a fase de conquista da posição depressiva. O bebê dá início às suas primeiras experiências no campo da ambivalência amor e ódio. É nesse sentido que a importância da frustração (ou desilusão) é destacada por Winnicott (op. cit.): *“Uma criança que não tem razão para estrilar, mas que naturalmente tem em si a quantidade usual de quaisquer ingredientes de agressividade, está em uma dificuldade especial, uma dificuldade em fundir a agressão com o amor”* (p. 82-83). Em outro trecho (1975), salientará o autor:

“Se tudo corre bem, o bebê pode, na realidade, vir a lucrar com a experiência da frustração, já que a adaptação incompleta à necessidade torna os objetos reais, o que equivale a dizer, tão odiados quanto amados. A consequência disso é que, se tudo corre bem, o bebê pode ser perturbado por uma adaptação estrita à necessidade que é continuada durante muito tempo, sem que lhe seja permitida sua diminuição natural, de uma vez que a adaptação exata se assemelha à magia, e o objeto que se comporta perfeitamente não se torna melhor do que uma alucinação.” (p. 27)

Na saúde, tendo percorrido as etapas da dependência – tanto a absoluta quanto a relativa –, o indivíduo passa do reconhecimento de que sua mãe tem uma personalidade total, à aceitação da ocorrência de fenômenos fora de seu controle. Paulatinamente e em círculos sociais cada vez mais amplos, ele começa, no estabelecimento de relacionamentos interpessoais, a lidar com as complexidades que o cercam. ‘Entre’ o reconhecimento do seu desejo e o desejo de reconhecimento, ele se singulariza porque se tornou capaz de se identificar com a sociedade – exemplo de seu próprio mundo interno, bem como de objetos e de fenômenos genuinamente externos.

Portanto, em Winnicott um radical reconhecimento do outro não resulta, necessariamente, da repressão, como em Freud, mas pressupõe a aceitação espontânea e satisfatória de limites como parte do desenvolvimento emocional em um ambiente bom o bastante. Em um processo constante de amadurecimento, o que podemos denominar, com o autor, de “verdadeira independência” – ou, se preferirmos, de rumo à independência possível – implica na capacidade de se “viver uma existência pessoal satisfatória, ainda que envolvido com as coisas da sociedade” (p. 87). Eis os elementos daquilo que, em teoria, fora apreendido e trabalhado por Winnicott em seu esforço igualmente singular de empreender o que adiante denominaremos de virada antropológica.

#### **6.4** **Para além da ‘reação’ destrutiva: a “virada” antropológica de Winnicott**

*“Se a sociedade encontra-se em perigo, não é por causa da agressividade do homem, mas em consequência da repressão da agressividade pessoal nos indivíduos.”*

Donald Winnicott

Ao concentrar seus estudos menos no funcionamento psíquico e mais no que denominou de “desenvolvimento emocional primitivo”, Donald Winnicott tanto formula um saber pertinente à sua prática clínica, quanto, diferentemente da

psicanálise tradicional, rompe com a lógica de uma natureza humana não modificável.

Essa perspectiva nos permite questionar se os vínculos humanos são sempre, necessariamente, fonte de sofrimento; se o amor se coloca em oposição aos interesses da civilização. Podemos nos perguntar ainda: o “mal-estar” é inevitável em qualquer sociedade ou nossa cultura é fruto do histórico cultural? Toda a limitação da onipotência acarreta a infelicidade? O processo de subjetivação é oposto à socialização ou o sujeito se constitui ingressando na cultura?

O trecho da epígrafe acima parece trazer uma consideração, no mínimo, desconcertante. Assim como toda reflexão que contradiga o pensamento socialmente hegemônico, as afirmações de Winnicott relativas ao estudo da psicologia da agressividade, não raro, tornam-se incômodas. O próprio Winnicott, em seu texto “A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional” [2000 (1950-55)], admite que suas considerações nesse sentido são um tanto quanto “dolorosas” (p. 288). Todo constructo winnicottiano a respeito da questão da agressividade nos convida a fazer reflexões uma pouco além daquilo que nos permitia o arcabouço teórico da psicanálise até então.

Admitindo uma linha própria de pensamento, será possível a Winnicott distinguir agressividade de agressão, ressaltando a ocorrência da primeira, antes mesmo da integração da personalidade. “*Em suas origens, a agressividade é quase sinônimo de atividade: trata-se de uma função parcial*” (p. 289), dirá Winnicott. Observemos a situação citada pelo autor (op. cit.):

“O bebê dá pontapés dentro do útero: não se pode dizer que esteja abrindo o caminho para fora a pontapés. Um bebê de poucas semanas agita os braços: não se pode dizer que ele esteja querendo golpear. O bebê mastiga os mamilos com suas gengivas: não se pode dizer que ele esteja pretendendo destruir ou machucar.” (p. 289)

Winnicott [1975, 1983 (1958a)] vai atestar a contribuição kleiniana não apenas quanto ao reconhecimento do objetivo agressivo contido no impulso amoroso, **mas também** na sinalização de que a fusão entre impulsos eróticos e destrutivos, como veremos, é indício de saúde. Segundo o autor [2000, (1950-55), p. 288)], “*a agressividade faz parte da expressão primitiva de amor*” (p. 289). Em uma obra anterior, o psicanalista [2005 (1939)], já vinha procurando desenvolver essa ideia:

“E, quanto a essa agressividade instintiva, é importante assinalar que, embora se torne em breve algo que pode ser mobilizado a serviço do ódio, é originalmente uma parte do apetite, ou de alguma outra forma de amor instintivo. É algo que recrudescer durante a excitação, e seu exercício é sumariamente agradável.” (p. 97)

Winnicott se distancia de Klein, contudo, quanto à análise da qualidade desse impulso agressivo. De acordo com Klein, o bebê **se dirige** impiedosamente e (intencionalmente) à mãe de modo a aproveitar dela o que sente ser bom. Em Winnicott, não podemos nos referir a ódio nos estágios iniciais do desenvolvimento do indivíduo. Do ponto de vista do bebê, portanto, não se pode falar em agressão.

Vale lembrar que, diferentemente de Freud, para Winnicott (op. cit.), a pulsão de morte não é uma necessidade de nossa natureza. O legado freudiano da agressividade em termos de um instinto de morte, aliás, retomado e desenvolvido por Klein, chega a ser confirmado por Winnicott (2005) em um texto inicial, de 1939:

“Parti do pressuposto, o qual tenho consciência de que nem todos consideram correto, de que todo o bem e o mal encontrados no mundo das relações humanas serão encontrados no âmago do ser humano. Levo esse pressuposto mais longe afirmando que no bebê existe amor e ódio com plena intensidade humana.” (p. 93)

Todavia, essa tese não mais se sustentará em Winnicott, de modo que, posteriormente, o autor, de maneira definitiva, afirmará: “*O ódio é um fenômeno relativamente sofisticado e não se pode afirmar que exista nesses estágios iniciais*” (p. 296).

O surgimento de ‘novas patologias’ narcísicas na cultura contemporânea tem dado testemunho daquilo de que Winnicott nos advertira. Segundo o autor, perdida a agressividade nos estágios iniciais do desenvolvimento do ego, perdida também estará parte da capacidade de amar, isto é, de relacionar-se com objetos.

Na configuração subjetiva da contemporaneidade, o narcisismo se expressa, simultaneamente, através de um sentimento de vazio e de indiferença em relação ao outro. É esse o “déficit erótico da contemporaneidade” do qual nos alerta Plastino (2000). Estamos cada vez mais distantes da culpa tal como fora pensada por Freud.

Torna-se imprescindível, portanto, analisarmos os fenômenos da agressividade para além da reação agressiva que, inexoravelmente, em função do

princípio da realidade, acompanha o fracasso das experiências do id. Com esse propósito, o autor passa à análise dos padrões que se desenvolvem em relação ao fenômeno da motilidade. De acordo com Winnicott [2000 (1950-55)]:

“Nossa tarefa é a de examinar a pré-história do elemento agressivo (destrutivo apenas por acaso) nas experiências iniciais do id. Temos em mãos certos elementos que datam pelo menos dos albores do movimento fetal – ou seja, a *motilidade*.” (p. 296, grifo nosso)

Em um primeiro padrão, o ambiente (“bom o bastante”) oportuniza ao indivíduo a vivência de sua onipotência, por meio da experiência ininterrupta de que este descobre e redescobre o mundo. No momento inicial, imerso na ilusão de que cria o ambiente a partir da motilidade, o indivíduo cria a si mesmo. Ou seja, no padrão que concebemos como saudável, o indivíduo desenvolve-se a partir de seu núcleo. Aqui todos os cuidados maternos – descritos no item anterior como formas de adaptação quase completa às necessidades do bebê – são indispensáveis à integração egóica que permite ao indivíduo começar a existir para ter experiências do id. De acordo com o autor, esse processo possibilita a fusão entre o potencial da motilidade e o potencial erótico. Vale recordar, no entanto, que o *quantun* de motilidade não fundido, que fica à disposição para objetivos puramente motores, pode e deve encontrar oposição.

Em um segundo padrão, o ambiente não é facilitador, mas se impõe ao bebê. A existência individual só será possível, aqui, através da saída para a introversão, “*lugar para a tranquilidade que permite a existência individual*” – no dizer de Winnicott [2000 (1950-55, p. 297)]. A motilidade não se funde ao erotismo, posto que se torna parte do movimento de reação à intrusão ambiental.

Embora mais extremo, o terceiro padrão é tão relacionado à doença quanto o segundo. Agora, uma falha básica na fase da onipotência impede que o indivíduo se desenvolva a partir de seu cerne. Um falso self se desenvolve e opera na tentativa – em geral, muito bem-sucedida e sintonizada com o que o ambiente espera dele – de esconder e proteger o verdadeiro<sup>6</sup>.

Na realidade, o (falso) self não se torna mais do que a continuidade do ambiente intrusivo, ou seja, uma casca. Embora o paciente possa parecer muito bem-sucedido, seja amorosa e/ou profissionalmente, sua queixa na clínica é

<sup>6</sup> Sobre a função defensiva do falso self, ver também “Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self” [(1983, (1960), p. 130 e p. 134) e “Classificação: existe uma contribuição psicanalítica à classificação psiquiátrica? [(1983, (1959-1964), p. 122)].

relativa àquele sentimento de futilidade, de inutilidade e de vazio que mencionamos acima. Conforme esclarece Winnicott [(1983 (1959-1965)], “*usualmente o self verdadeiro é protegido, mas tem vida, e o falso self é a atitude social*” (p. 122). Nestes dois últimos padrões relacionados à doença, não pode haver fusão. O que pode ocorrer é uma “erotização” de elementos agressivos. Nesse caso, o indivíduo apenas se sente real ao se comportar de modo destrutivo.

Seguindo os passos da agressividade em suas variadas formas de expressão, Winnicott (op. cit.) passa a examiná-la em conformidade com cada estágio do desenvolvimento do ego. No estágio do “pré-concernimento”, a criança já alcançou certo grau de integração da personalidade, e, tendo existência pessoal, tem também propósitos. Mas, como sabemos, a integração da personalidade é um processo de idas e vindas, de modo que, nessa fase, os objetivos da criança não envolvem piedade. Enquanto a integração ainda não é um fato estabelecido, ela ainda não se preocupa com o resultado de suas ações. Ou, em outras palavras, não tem um sentimento de concernimento em relação às consequências de suas experiências instintivas. Winnicott (op. cit.) aprofunda a questão, incluindo em suas análises as fantasias de incorporação da criança perceptíveis no erotismo oral. O estudo da agressividade nessa etapa permitiu ao autor continuar observando a agressividade como “*fazendo parte do amor*” (p. 291).

No “estágio de concernimento”, a integração do ego já alcançou um nível tal, que o indivíduo já pode perceber a personalidade da figura materna. O bebê passa a vivenciar a sua agressividade de modo a perceber que o objeto usado por ele de forma cruel e, portanto, sem consideração é o mesmo objeto amado. Nesse estágio intermediário, os propósitos da criança já envolvem compaixão. Ela já tem um sentimento de concernimento quanto às consequências seus atos, desenvolvendo sua capacidade de sentir culpa. O indivíduo pode descobrir sua própria necessidade (e tendência) de reparar, e até mesmo de contribuir.

Novamente, Winnicott nos fala do desenvolvimento de um potencial – o potencial agressivo – que só pode vir a desenvolver-se com a ajuda de um ambiente que, atento, demonstre que consegue sobreviver aos ataques impiedosos dos impulsos do id. Quando, no entanto, não há quem acolha a tentativa de reparação, a agressividade reaparece. Vejamos o que nos descreve o autor [2005 (1939)]:

“Normalmente, ele [o bebê] chega a uma conciliação e permite-se

suficiente satisfação ao mesmo tempo que evita ser excessivamente perigoso. Mas, em certa medida, frustra-se; assim deve odiar alguma parte de si mesmo, a menos que possa encontrar alguém fora de si para frustrá-lo e que suporte ser odiado.” (p. 97-98)

O indivíduo pode, dessa forma, usar sua agressividade, convertendo a seu favor na vida real o que era dano na fantasia. É assim que, segundo Winnicott (op. cit.), uma parcela considerável da agressividade se transforma em funções sociais. Aqui fica intacta a objetividade e o indivíduo pode “guardar a maldade dentro de si” para lidar com seus inimigos com “economia de esforços”. “Trata-se de um inimigo que, para ser atacado, não precisa ser amado” (p. [2000 (1950-55, p. 295)]. Sigamos a narrativa do autor [2005 (1939)]:

“Em segundo lugar, vem a separação do que pode causar danos daquilo que é menos provável que o cause. Morder, por exemplo, pode ser desfrutado separadamente das pessoas que ama, através das mordidas em objetos que não podem sentir. Desse modo, os elementos agressivos do apetite podem ser isolados e poupados para serem usados quando a criança está furiosa e, finalmente, mobilizados para combater a realidade externa percebida como má.” (p. 98)

## 6.5

### **Para além do “mal-estar”: a ‘conquista’ da ‘capacidade’ de sentir culpa.**

*“Tenho o direito de ter raiva, de manifestá-la, de tê-la como motivação para minha briga tal qual tenho o direito de amar, de expressar meu amor ao mundo, de tê-lo como motivação de minha briga porque, histórico, vivo a História como tempo de possibilidade, não de determinação.”*

Paulo Freire

Em seu texto de 1958, intitulado “Psicanálise do sentimento de culpa”, Winnicott faz uma primorosa exposição do “estado da arte” do conceito de culpa na teoria psicanalítica. Segundo o autor, a investigação freudiana a esse respeito partia do pressuposto de que a capacidade de sentir culpa é indiscutível.

Freud demonstrara como a culpa (moral) se situa na intenção inconsciente, localizando-se, portanto, na realidade interna. Nessa perspectiva, o sentimento de culpa se relaciona com o conflito pessoal derivado da ambivalência amor e ódio, sendo administrado em termos de id, ego e superego. De acordo com Winnicott

[1983 (1958a)]:

“Freud aí lida com a natureza humana em termos de economia, simplificando o problema deliberadamente com o propósito de estabelecer uma formulação teórica. Existe um determinismo implícito em todo esse trabalho, a premissa de que a natureza humana pode ser examinada objetivamente e que podem ser aplicadas a ela as leis que são conhecidas em Física.” (p. 20)

Segundo o autor, Freud teve, no entanto, o mérito de demonstrar – sobretudo, a partir de sua clínica com as neuroses – **tanto que** o conflito, não raro, remontava à primeira infância do paciente, **como que os** sentimentos aí envolvidos são aqueles relacionados com a vida instintiva.

Na fase do complexo de Édipo, por exemplo, um menino envolvido amorosamente com a mãe vem a desejar a morte do pai. Por conseguinte, passa a temê-lo juntamente **com a sensação** de que o pai possa destruir o seu potencial instintivo (Complexo de Castração). O sentimento de culpa do menino emergia do conflito entre o respeito e o amor que sente pelo pai e o ódio e o desejo de feri-lo. A criança vivencia, assim, os percalços de sua primeira relação triangular. Tendo a culpa se instalado, pode-se dizer que esse percurso foi percorrido sem maiores transtornos. Nos termos de Winnicott (op. cit.): “*a culpa implicava que o menino podia tolerar e conter o conflito, que era na verdade um conflito inerente, um conflito que pertence à vida normal*” (p. 21).

Para Winnicott (op. cit.), em termos de ego-id, o sentimento de culpa era encarado **como** não mais do que “*ansiedade com uma qualidade especial*” (p. 20). Com a introdução do conceito de superego em sua metapsicologia, Freud passa a evidenciar que, com a introjeção da figura paterna, a criança vai, ao poucos, adquirindo forças de controle, coloridas, evidentemente, pela sua experiência com o ambiente.

Ora, como quem quer discutir a culpa em seu ponto de origem, Winnicott precisa reconhecer que, com Freud, fora possível estabelecer uma data em que o clímax da culpa se evidencia. Mas o interesse do psicanalista inglês não é reeditar as contribuições freudianas, examinando a culpa relacionada ao estágio em que se pode falar da existência de uma pessoa total. Nas palavras do próprio autor (op. cit.): “*No conceito psicanalítico inicial há pouca referência aos objetivos destrutivos do impulso amoroso, ou aos impulsos agressivos que somente na normalidade se tornaram inteiramente fundidos com o erótico*” (p. 21).

Como vimos, enquanto, para Freud, a culpa, inevitavelmente, acarreta

“mal-estar”, sendo sentida com desagrado pelo indivíduo, para Winnicott, ela é uma conquista indissociável de nossa tendência espontânea ao senso moral. Ao nos falar, por exemplo, que o desenvolvimento da capacidade de se preocupar é correlato ao desenvolvimento do sentimento de culpa, Winnicott afirmará que “*a culpa não é sentida, mas permanece dormente ou em potência, e aparece (como tristeza ou estado de ânimo deprimido) somente se não surge a oportunidade de reparação*” (p. 73, **grifo nosso**).

Já dissemos que, através da descrição do “estágio de concernimento”, este autor [2000 (1950-19550)] vai evidenciar a tendência humana por reparar e contribuir com o social, destacando que o indivíduo, com o auxílio de um ambiente capaz de acolher o gesto reparador verdadeiro, pode transformar uma parcela considerável de sua agressividade em funções sociais. “*A atividade social não pode ser satisfatória a não ser quando se baseia num sentimento de culpa pessoal a respeito da agressividade*” (p. 291). A esse respeito, ressaltará o autor (op. cit.):

“Aqueles que sustentam o ponto de vista de que a moralidade precisa ser inculcada ensinam as crianças pequenas de acordo com essa ideia, e renunciam ao prazer de observar **a moralidade se desenvolver naturalmente** em seus filhos, que estão se desenvolvendo **em um bom ambiente, proporcionado de um modo pessoal.**” (p. 19, grifo nosso)

Winnicott (op. cit.) vai buscar em Melanie Klein os estudos que tratam da origem daquilo que o autor pretende, portanto, evidenciar, isto é, a “capacidade” para o sentimento de culpa no indivíduo. Segundo ele:

“No meu ponto de vista pessoal, o trabalho de Klein possibilitou à teoria psicanalítica começar a incluir a ideia de um valor no indivíduo, enquanto que na psicanálise anterior este conceito era exposto em termos de saúde ou má saúde neurótica. Valor está intimamente ligado à capacidade para o sentimento de culpa.” (p. 27)

Dando prosseguimento aos trabalhos de Freud, Klein aprofundou a ideia do conflito amor e ódio, recolocando a questão nos termos da relação diádica mãe-bebê e fazendo o conflito remontar a uma fase anterior ao complexo edipiano. Conforme esclarece Winnicott, se na psicanálise dos primórdios a atenção se voltava para a satisfação instintiva, com Klein a ênfase muda para a relação de objeto.

Sem aceitar, no entanto, que os seres humanos nascem portando o gérmen de sua própria destruição, Winnicott se distancia de Klein. Para o autor, nosso

“cerne” é marcado pela atividade, se exprime amorosamente na motilidade e só passa a existir no contato.

Durante muito tempo, a metapsicologia psicanalítica parece ter explicado a agressividade com base na raiva. Ainda que os estudos de Klein alcancem os conceitos de reparação e restituição, eles não chegam a tocar no tema central da criatividade. Vimos que a obra de Winnicott, no entanto, não deixa dúvidas quanto à crença na capacidade de cada ser humano crescer em direção à maturidade e contribuir positivamente para a sociedade. Como veremos a seguir, o fato de o autor (1975; 1983) ligar a agressividade ao eros, e não, necessariamente, à destrutividade, não significa uma não imposição de limites, mas que esta se faz, portanto, num movimento espontâneo que permite o crescimento<sup>7</sup>.

## 6.6

### “Senso moral” e instituição da lei: liberdade como regulação e como emancipação

Em uma palestra proferida a 10 de dezembro de 1966, Winnicott se perguntará: até que ponto o código moral é inato e em que medida ele precisa ser ensinado? O autor se verá entre duas escolas de pensamento.

Segundo o psicanalista [2005 (1966)], vinculada a uma ideia de ‘moralidade revelada’, a primeira corrente acredita na necessidade de “*plantar um código moral no solo virgem, e fazê-lo antes que a criança tenha idade suficiente para resistir ao que fazemos*” (p. 120, grifo nosso).

A segunda abordagem caminha no sentido do pressuposto de que a única moralidade que deve ser levada em consideração é aquela que brota do próprio indivíduo. Nesse sentido, essa perspectiva advogará pela importância de

“(...) **aguardar** até que, por processos naturais, cada criança passe a ter um senso moral de certo e errado que seja pessoal. Não é o comportamento de certo e errado que importa, mas os sentimentos de certo e errado que a criança possa ter, independentemente de sua submissão.” (ibidem, grifo nosso)

<sup>7</sup> Com Dolto (2001), podemos dizer que a castração, quando “simbolígena”, promove, num mesmo processo, subjetivação e socialização. Como experiência de limitação da onipotência do sujeito, convida-o a ingressar numa lei comum que se aplicará a ele e ao castrador. No incesto, por exemplo, a interdição que torna possível a vida social indica também um benefício, qual seja: permitir àquele que se submete à lei a possibilidade de escolha de inúmeros outros objetos de amor. Ao contrário, a castração é mutiladora quando a relação social mediada por um castrador arbitrário se impõe ao indivíduo.

Observemos que essa discussão não deixa de ser um desdobramento de uma reflexão mais ampla que, ao envolver os debates sobre “natureza *versus* criação”, influencia as teorias sobre a emergência do sujeito e as modalidades de seus relacionamentos.

Sabemos que, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas, o sujeito é pensado como algo do domínio de uma suposta essência do humano<sup>8</sup>. Nesse sentido, considera-se que ele (indivíduo) preexiste à cultura, isto é, que ele antecede a sociedade.

Em sentido inverso, na crítica dessa concepção da natureza como uma ordem racional – que pode, por intermédio da ciência e da linguagem, ser “revelada” –, o homem é entendido como uma “tábula rasa”, uma “folha em branco” a ser preenchida pela cultura. Aqui, nenhuma relação entre natureza e cultura pode ser pensada.

Já mencionamos que, como desdobramento, essas concepções inviabilizam a construção de uma perspectiva que considere as relações existentes entre o indivíduo e a sociedade. Evidentemente, como teórico que atribui ao ambiente uma importante participação na construção do sujeito, Winnicott pode ser entendido como estando equidistante das duas posições. Com ele, podemos afirmar que a natureza existe como tendências e necessidades, mas não à maneira de determinações.

Como já estamos acostumados a encontrar no pensamento complexo deste autor, importará, também no exame desta questão em particular, estudar o indivíduo que se desenvolve de acordo com os processos de maturação herdados e continuamente relacionados à participação do ambiente facilitador. Assim, nos termos do autor [1983 (1963b)], se “*a apreciação do sublime tem que ser uma experiência pessoal, e não algo implantado*”, do mesmo modo “*criança alguma pode compor ou interpretar seu próprio Mozart. Você tem que ajudá-la a descobrir este e outros tesouros*” (p. 95).

Na verdade, Winnicott chama a atenção para questões fundamentais. Primeiramente, não precisamos nos estender muito para concordarmos que a ‘ideia’ de “certo” e de “errado” é uma convenção. Em um dado ambiente, isto será certo, aquilo, não necessariamente.

---

<sup>8</sup> Para um aprofundamento desta questão, ver Guattari e Rolnik (1999).

Em segundo lugar, durante aquelas experiências excitantes a que nos referimos anteriormente, o bebê pode investir com voracidade contra um objeto, de modo a vir a sentir que o objeto é que fora “o” devorador. Eis o que o autor vai denominar de “receio da retaliação”. Podemos afirmar, a partir de então, que o lactente porta um código moral inato que tem como característica própria ser impiedoso. Nesse sentido, é possível falar com Winnicott em um “desenvolvimento” de um senso moral. Assim:

“A moralidade mais ferrenha é a da mais tenra infância, que persiste como um **traço da natureza humana que se pode verificar por toda a vida do indivíduo**. Imoralidade para o lactente é se submeter, às custas de seu modo pessoal de viver.” (op. cit., p. 95, grifo nosso)

Ao estudar o desenvolvimento do senso moral no indivíduo, o psicanalista inglês vai procurar demonstrar como a capacidade de se sentir pessoalmente responsável é uma tendência do humano. Para Winnicott [1983 (1958a)], não há indicações de que fatores constitucionais interfiram no desenvolvimento de um senso moral. Ademais, variações nesse desenvolvimento não estão especificamente relacionadas à capacidade ou incapacidade intelectual. Aqui, o estudo da capacidade do sentimento de culpa – abordado no item anterior – se encontra, definitivamente, com o tema do desenvolvimento de um senso moral. Para o autor [1983 (1963c)], o termo culpa é a designação negativa de um fenômeno que, em sua face positiva, pode ser denominado de “preocupação”. Em outro texto, Winnicott [1983 (1963b)] vai examinar o que denomina “senso de responsabilidades” ou “senso de valores”. Em um texto anterior, o autor [2005 (1963d)], se refere ao “desenvolvimento da capacidade de envolvimento” (p. 110). A despeito do termo usado, assim como o sentimento de culpa fora entendido “*não como algo a ser inculcado, mas como um aspecto do desenvolvimento do indivíduo*”, o senso moral também o será [Winnicott, 1983 (1958a, p. 19)].

Da mesma forma que o sentimento de culpa, o senso moral é uma capacidade a ser adquirida ao longo do processo de desenvolvimento do indivíduo, sendo mesmo uma experiência já sofisticada para o ego. Como vimos [Winnicott, 1983 (1963a), (1963b)], o desenvolvimento sugere que o ego já tenha iniciado seu processo de se tornar independente do ego auxiliar da mãe.

Segundo o autor [1983 (1963a)], se o ambiente não atrapalhar, a criança

tem uma tendência natural a se tornar uma unidade integrada, “*capaz de ter um [verdadeiro] self com um passado, um presente e um futuro*” (p. 82). Sem precisar reagir aos incômodos que lhe causam uma ansiedade impensável, as funções corporais da criança se agregam na composição de um ego corporal. Como, neste autor, a clássica separação entre mente e corpo não se verifica – daí termos nos referido ao seu conceito de “psicossoma” –, garantidas também estarão, nesse caso, as condições para a saúde mental do indivíduo.

Lembremos que o autor [1983 (1963c)] vai pressupor duas mães para o lactente que ainda não alcançou a maturidade, pois, segundo ele, “*a preocupação surge na vida do bebê como uma experiência altamente sofisticada ao se unirem na mente do lactente a mãe-objeto e a mãe-ambiente*” (p. 72). Vale dizer que esse primeiro momento na relação mãe-bebê corresponde à fase da dependência absoluta e ao estágio do pré-concernimento. Assim, como detentora do objeto parcial, a mãe-objeto é alvo da experiência de voracidade do lactente no clímax da tensão do id. Já a mãe-objeto, ao acolher o que pode ser chamado de coexistência sensual, evita o imprevisto e, devotadamente, abastece as necessidades do ego em integração.

De acordo com o autor, uma nova fusão vai surgir após um estágio mais integrado do desenvolvimento do ego. Segundo ele, o bebê pode começar a perceber que, para se sentir gratificado e tranquilo nas ocasiões de relacionamento excitado, ele coloca em risco o que ama.

É a mãe-ambiente que precisa continuar sendo empática com o seu bebê, de modo a poder receber dele seu gesto espontâneo, sem deixar de ser, também espontaneamente, ela mesma. Winnicott (op. cit.) vai destacar que, quando a preocupação da mãe ainda é demasiada nessa etapa, o próprio lactente pode vir a ser afastar, demonstrando-nos, por exemplo, um elemento positivo em sua experiência de desmame, qual seja, a de ele próprio se desmamar.

Por seu turno, a mãe-objeto deve ser aquela que, atenta, sobrevive às consequências do desenvolvimento do potencial agressivo, permitindo ao indivíduo, imerso em suas fantasias de ataque e destruição, descobrir que pode contribuir com a mãe ambiente. Em outras palavras, como dissemos, o indivíduo encontra-se com sua tendência e habilidade em dar e reparar. Em seus próprios termos, o autor nos explica essa “nova fusão” mãe-ambiente/mãe-objeto (op. cit.):

“Os impulsos instintivos levam ao uso impiedoso dos objetos, e daí a um

sentimento de culpa que é retido e mitigado pela contribuição à mãe-ambiente que o lactente pode fazer no decurso de algumas horas. A oportunidade para se doar e fazer reparação que a mãe-ambiente oferece por sua presença consistente capacita o bebê a se tornar cada vez mais audaz ao experimentar seus impulsos instintivos; ou de outro modo, **libera a vida instintiva do mesmo**. (p. 73)

Nesse ponto, encontramos-nos, mas uma vez, com a peculiar idéia de Winnicott sobre a liberdade. Conforme já salientamos, uma **concepção** muito própria sobre a liberdade humana parece estar implícita na construção teórica do autor, estando ela mesma articulada a outras noções, tais como as de espontaneidade e criatividade. Notemos, contudo, que o autor se refere, explicitamente, ao termo liberdade em algumas ocasiões. Senão vejamos:

“A presença contínua da mãe não tem valor específico para os bebês, isto é, se o que se pretende é que a vida instintiva tenha liberdade de expressão. [2005 (1946, p. 117)].

“A ideia corrente é que, vendo-se ‘livre’, a criança passa a fazer tudo que lhe dá prazer. Isso está muito longe da verdade. Ao constatar que o quadro de referências de sua vida se desfez, ela deixa de sentir **livre**. Torna-se angustiada e, se tem alguma esperança, trata de procurar um outro quadro de referências.” [2005 (1946, p. 130)]

“Numa direção, a criança busca-a em outro lugar, quando tem esperança. Na outra, a criança está procurando aquele montante de estabilidade ambiental que suporte a tensão resultante do comportamento impulsivo. É a busca de um suprimento ambiental que se perdeu, uma atitude humana, que, uma vez que se possa confiar nela, dê **liberdade** ao indivíduo para se movimentar, agir e se exercitar.” [2005(1956b, p. 141)]

Sabemos que o psicanalista britânico vai questionar a concepção do movimento de Eros – bem como o da pulsão destrutiva – como um movimento inexorável, atuando de maneira autônoma e não subordinada às relações intersubjetivas que constituem a história concreta. Neste autor, a afirmação de formas de ser **naturais** do homem não implica na defesa de um modelo de normatividade transcendente ou de essência racional da natureza.

Dentro dessa perspectiva, a tendência erótica (bem como o que podemos denominar de sentimento ético – ou o “senso moral”, para usar a expressão de Winnicott), embora *integrando* o ser natural do homem – ao ponto de fazê-lo adoecer quando frustrada – só se realiza quando dinamizada por um ambiente favorável.